



(Tradução)

Interpelação Escrita

Sobre o planeamento para as zonas dos novos aterros urbanos

Recentemente, o Governo apresentou uma introdução conceptual sobre o novo planeamento da zona A dos novos aterros urbanos. Segundo este planeamento, o número de fracções habitacionais passará de 18 000 unidades para 32 000, das quais 28 000 para habitação pública, o que traduz um aumento significativo ao nível da oferta de habitação pública. Perante a actual escassez de oferta desta categoria de habitação, não restam dúvidas de que a iniciativa do Governo de introduzir ajustamentos ao planeamento original constitui uma medida de contingência destinada a responder às necessidades habitacionais da população.

Entretanto, a questão relativa às necessidades habitacionais e à expansão populacional a médio e longo prazo merece ainda resolução. É provável que esta questão seja devidamente respondida quando o Governo introduzir melhorias no planeamento das restantes 4 zonas dos novos aterros urbanos, nomeadamente, as zonas B, C, D e E¹,

¹ Segundo noticiado pelos jornais: o Chefe do Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Wong Chan Tong, afirma que o número de fracções habitacionais previsto para as zonas C e D na presente fase se mantém igual ao definido no documento para consulta efectuado na última fase. Com base nos 800 pés para cada fracção habitacional, prevê-se um número de 56 000 fracções habitacionais nas 5 zonas envolvidas e um total de 170 000 moradores, aliás, 48 000 moradores por cada Km². No tocante ao planeamento em concreto, a sociedade pode apresentar sugestões durante a 3.^a fase de auscultação, que terá lugar em Dezembro deste ano.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

aumentando, adequadamente, o número de unidades de habitação pública. Mas a essência reside na necessidade de tomar a decisão de forma científica, por parte do Governo, procedendo assim ao planeamento racional das 4 zonas de aterros com base na capacidade populacional dos espaços disponibilizados, a fim de ficar correspondente ao futuro desenvolvimento urbano e às necessidades reais.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo anunciou a introdução de ajustamentos ao planeamento original, para que uma grande quantidade de habitação pública se concentre na zona A dos novos aterros urbanos. Tal ajustamento foi então alvo de crítica, visto que esta zona se tornará numa zona habitacional de nível mais básico, e densamente povoada. No que diz respeito ao planeamento conceptual das restantes 4 zonas dos novos aterros urbanos, o Governo deve proceder à estimativa, de forma científica, das necessidades ao nível de habitação pública, com vista a efectuar ajustamentos na distribuição populacional para cada zona, a fim de decidir a proporção de terrenos atribuídos a cada tipo de habitação, maximizando assim a rentabilidade do planeamento. Como é que vai o Governo alcançar este objectivo?
2. No novo planeamento da zona A dos novos aterros urbanos divulgado pelo Governo, prevê-se que, depois dos respectivos ajustamentos, se encontrem cerca de 100 000 moradores nesta zona, cerca do dobro dos 54 000 moradores previstos no planeamento original. Entretanto, não se registam, neste novo planeamento, pormenores sobre as instalações



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

complementares comunitárias e de trânsito. Pode o Governo tornar públicas, o mais cedo possível, as respectivas informações?

3. Em relação às 32 000 fracções habitacionais a construir na zona A dos novos aterros urbanos, prevê-se que a sua conclusão terá lugar durante os anos de 2022 e 2023, ou seja, daqui a 8 ou 9 anos. Mas, durante a última candidatura para habitações económicas, os candidatos ultrapassaram já os 40 000, ora, acrescentando a isto as grandes necessidades habitacionais futuras, decorrentes da expansão contínua da dimensão económica, é possível que os preços da habitação continuem a subir. Quando é que vai o Governo adoptar novas medidas para o arrefecimento do mercado imobiliário de Macau?

24 de Julho de 2014.

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau
Zheng Anting**

Dados para referência:

Página A03, *Macao Daily News*, 11 de Julho de 2014